



23 DE JUNHO DE 2015

Terça-feira

- BRASIL ATRAI INVESTIMENTO RECORDE DE EMPRESA ALEMÃ
- JAGUAR LAND ROVER E SENAI RIO OFERECEM CURSO GRATUITO NA ÁREA AUTOMOTIVA
- PORSCHE COMPRA DIVISÃO DE MÁQUINAS DA KUKA
- CAMEX APROVA 166 EX-TARIFÁRIOS PARA INCENTIVAR INVESTIMENTOS DE US\$ 644 MILHÕES NA INDÚSTRIA
- ATIVIDADE INDUSTRIAL DA CHINA EM JUNHO MOSTRA SINAIS DE ESTABILIZAÇÃO, APONTA PMI
- FORD PARALISA PRODUÇÃO DE CAMINHÕES EM SÃO PAULO ATÉ O FIM DO MÊS
- DILMA SANCIONA MP QUE ELEVA PIS/COFINS DE PRODUTOS IMPORTADOS
- CARROS AUTÔNOMOS E INTELIGENTES ESTÃO MAIS PRÓXIMOS DA REALIDADE
- DAF ANUNCIA NOVA ESTRUTURA NA ÁREA DE VENDAS
- PSA PEUGEOT CITROËN INVESTIRÁ € 557 MILHÕES NO MARROCOS
- PLANO SAFRA DESTINARÁ R\$ 28,9 BILHÕES PARA AGRICULTURA FAMILIAR
- JUNKER VAI PRODUZIR EXAUSTORES DE NÉVOA NO BRASIL
- NOVA REGRA DEVE BAIXAR VALOR DA APOSENTADORIA NO FUTURO
- VOLKS NEGOCIA NOVO LAY-OFF EM SÃO BERNARDO, DIZEM METALÚRGICOS
- AUDIÊNCIA EM CURITIBA DISCUTE MUDANÇAS NA TRIBUTAÇÃO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
- EMPRESA JAPONESA QUER SER PIONEIRA NA EXPLORAÇÃO DE MINÉRIO NA LUA:
- MUSEU PARANAENSE REÚNE RELÍQUIAS DE INDÚSTRIAS DO PARANÁ
- INADIMPLÊNCIA DE EMPRESAS CRESCE 8,33% EM MAIO ANTE MAIO DE 2014,

DIZ SPC BRASIL

- MINERADORA INGLESA VAI EXPLORAR DIAMANTE EM GO
- MP PRORROGA ENERGIA MAIS BARATA PARA INDÚSTRIAS DO NORDESTE
- SIMPLES SOCIAL QUER DESBUROCRATIZAR TERCEIRO SETOR
- INICIATIVA DA CNI ESTIMULA USO RACIONAL DE ENERGIA NA INDÚSTRIA
- FALTA DE ACORDO EM TRIBUTAÇÃO MINA COMPETITIVIDADE BRASILEIRA NOS EUA
- CÓDIGO DA MINERAÇÃO VAI SER "FATIADO"

CÂMBIO EM 23/06/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,111	3,112
Euro	3,472	3,473

Fonte: BACEN

Brasil atrai investimento recorde de empresa alemã

23/05/2015 - Fonte: CIMM

Os investidores estrangeiros continuam a apostar na economia brasileira e em seu potencial de crescimento no longo prazo. Nesta sexta-feira (19), a empresa alemã Basf inaugurou uma unidade no Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia. O investimento na fábrica é de R\$ 1,750 bilhão, para gerar exportações de US\$ 300 milhões ao ano.

"A Basf está aqui no Brasil há 105 anos. O que mostra que é uma parceria feita com nosso País e que não é de curto prazo. Que não tem pura e simplesmente um objetivo imediato, mas que está comprometida com futuro do País", afirmou a presidenta Dilma Rousseff, que participou da cerimônia de inauguração.

Com essa unidade baiana da Basf, o Brasil deverá passar da condição de importador para exportador de matérias-primas essenciais (ácido acrílico e polímeros) para a indústria química. Esses produtos são utilizados na fabricação de itens como fraldas para crianças e tintas.

"É uma indústria que se incorpora a essa região, sendo a primeira do hemisfério, inédita em toda a América Latina. E, agora, presente no Brasil. Dando consistência à cadeia de petróleo, petroquímicos, polímeros do País. Isso permitirá também que tenhamos uma vantagem em relação às questões relativas à balança comercial brasileira", disse.

Dilma lembrou que o Polo de Camaçari foi construído há 37 anos, gerando empregos e renda para a população baiana. "Dezenas de empresas de diferentes setores, de áreas mais diversas se instalaram nesse polo e aqui criaram oportunidades de emprego, renda e desenvolvimento para a Bahia e para o Brasil, industrializando uma região do País que temos a obrigação e o empenho de industrializar", ressaltou.

Segundo a presidenta, a instalação da fábrica da Basf no Nordeste significa um estímulo ao desenvolvimento regional. Pensando neste movimento de descentralização industrial, o governo federal instalou a partir de 2003 várias escolas técnicas na Bahia.

"O desenvolvimento de qualidade é feito também com a qualidade do emprego, com a qualidade do trabalho que se emprega nessas empresas", acrescentou Dilma.

Jaguar Land Rover e Senai Rio oferecem curso gratuito na área automotiva

23/05/2015 - Fonte: CIMM

O Grupo Jaguar Land Rover (JLR) e o Senai Rio firmaram uma parceria, criando o programa o "Inspirando os Trabalhadores de Amanhã" (baseado no projeto que já acontece no Reino Unido desde 2014, 'Inspiring Tomorrow Workers'), que oferecerá a oportunidade de capacitação gratuita na área automotiva aos moradores de Itatiaia, Resende, Porto Real e Quatis, que ficam na região sul do estado do Rio de Janeiro, onde o Grupo JLR está erguendo sua primeira fábrica brasileira, com previsão de início das operações para 2016.

Serão oferecidas, no total, 80 vagas para o curso de Iniciação a Eletromecânica Automotiva, com as inscrições para o processo seletivo acontecendo entre os dias 22 e 26 de junho de 2015, no Senai Resende.

Aqueles interessados em participar do curso deverão ter o ensino médio completo e apresentar comprovante de escolaridade ou cópia do diploma, original e cópia do RG, CPF e comprovante de residência no próprio nome ou no nome dos pais.

Os homens devem ter no mínimo 18 anos e apresentarem o certificado de reservista ou dispensa militar. Já as mulheres devem ter no mínimo 17 anos e 10 meses. As inscrições para o processo seletivo devem ser realizadas das 8h às 17h, podendo ser encerradas antes da data prevista no caso de atingir o limite de 2000 inscritos.

Os candidatos passarão por um processo de três etapas, no Senai Resende, com uma prova escrita, com questões de português e matemática, no dia 27 de junho, das 9h às 11h.

Os aprovados na primeira etapa realizarão a dinâmica de grupo e o teste de destreza no período de 1º a 6 de julho, conforme agendamento divulgado no dia do resultado.

O curso terá a duração de dois meses e será promovido em quatro turmas diferentes, sempre com aulas de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h

Jaguar XE 2015

Embora os cursos não representem vínculo empregatício, três alunos que participaram da primeira turma no Senai Resende já estão contratados pela Jaguar Land Rover para trabalharem na fábrica da empresa que está sendo construída em Itatiaia.

Serviço:

Senai Resende

Onde: Rua Sarquis José Sarquis, 156, Jardim Jalisco, Resende (RJ)

Mais informações: 0800 0231 231

Porsche compra divisão de máquinas da Kuka

23/05/2015 - Fonte: CIMM

A Porsche comprou a unidade de máquinas-ferramenta da indústria de robôs Kuka. Com a aquisição, a fabricante de esportivos de Stuttgart terá mais autonomia para aumentar a produção de automóveis que utilizem materiais leves. A informação foi divulgada na Alemanha pela agência Reuters.

A indústria automotiva está usando cada vez alumínio, fibra de carbono e outros materiais de peso reduzido como forma de baixar o consumo e emissões de gás carbônico.

A transação teve custo estimado de € 10 milhões, de acordo com uma fonte ligada à agência de notícias. A aquisição dará à Porsche grande know-how na produção de ferramentas para corte e conformação de alumínio e outros materiais. Segundo o CEO da Porsche, Matthias Mueller, essa foi uma decisão importante para a produção futura de seus esportivos.

A divisão negociada tem mais de 600 trabalhadores e duas fábricas, uma na Alemanha e outra na Eslováquia.

Camex aprova 166 ex-tarifários para incentivar investimentos de US\$ 644 milhões na indústria

23/05/2015 - Fonte: CIMM



Foram publicadas hoje, no Diário Oficial da União, a [Resolução Camex nº54](#) e a [Resolução Camex nº55](#) com a relação de 166 ex-tarifários para bens de capital e bens de informática e telecomunicações, que terão a alíquota do Imposto de Importação reduzida para 2%, até 31 de dezembro de 2016, no caso de bens de capital, e até 31 de dezembro de 2015, no caso dos bens de informática e telecomunicações.

Os ex-tarifários publicados hoje estão vinculados a investimentos em projetos industriais de US\$ 644,665 milhões. Os valores relativos às importações dos equipamentos são de US\$ 284 milhões.

Em relação aos investimentos globais, os principais setores contemplados foram: siderúrgico (45%), autopeças (11%), bens de capital (7%), naval e náutico (5%), e alimentício (3%).

Os equipamentos com imposto reduzido serão utilizados em projetos industriais nos estados do Ceará, de Santa Catarina, de Pernambuco e de São Paulo.

As importações serão feitas principalmente da Espanha (27,01%), dos Estados Unidos (18,88%), do Canadá (8,81%), da Itália (8,05%) e da Alemanha (7,55%).

O que são ex-tarifários

O regime de ex-tarifários visa estimular os investimentos para ampliação e reestruturação do setor produtivo nacional de bens e serviços, por meio da redução temporária do Imposto de Importação de bens de capital e bens de informática e telecomunicações sem produção no Brasil.

Cabe ao Comitê de Análise de ex-tarifários (Caex) verificar a inexistência de produção nacional e o mérito dos pleitos tendo em vista os objetivos pretendidos, os investimentos envolvidos e as políticas governamentais de desenvolvimento.

As fabricantes brasileiras de máquinas e equipamentos industriais também participam do processo de análise de produção nacional.

Atividade industrial da China em junho mostra sinais de estabilização, aponta PMI

23/05/2015 - Fonte: Reuters

A atividade industrial da China mostrou sinais de estabilização em junho, com a pesquisa Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) sugerindo que a economia pode estar recuperando impulso mesmo com muitos analistas esperando mais suporte de política para garantir que a recuperação se fortaleça.

O PMI preliminar do HSBC/Markit de indústria para a China subiu a 49,6 em junho, máxima de três meses, ante 49,2 no mês anterior, mas permaneceu abaixo da marca de 50 que separa crescimento de contração.

O subíndice de novas encomendas voltou a território positivo com 50,3 e as novas encomendas de exportação caíram a um ritmo muito mais lento.

"A retomada de novas encomendas foi provocada por uma forte alta no subcomponente de novas encomendas de exportação, sugerindo que a demanda externa pode finalmente estar se recuperando", escreveram analistas da Capital Economics em nota.

Ford paralisa produção de caminhões em São Paulo até o fim do mês

23/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A Ford paralisou nesta segunda-feira (22) as atividades de sua unidade de caminhões em São Bernardo do Campo, até o dia 30, colocando centenas de funcionários em regime de banco de horas "com o objetivo de ajustar o ritmo de produção à demanda do mercado", segundo nota oficial.

A produção de automóveis também será suspensa, mas apenas a partir do dia 26. Segundo o sindicato dos metalúrgicos, cerca de 900 metalúrgicos ficarão parados.

Em nota, a Ford informou que são aproximadamente 800 empregados em regime de banco de horas. A previsão é que os funcionários voltem ao trabalho em 1º de julho.

Dilma sanciona MP que eleva PIS/Cofins de produtos importados

23/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A presidente Dilma Rousseff sancionou nesta segunda-feira (22) a Medida Provisória 668, que eleva as alíquotas do PIS/Pasep e Cofins de produtos importados, a última do ajuste fiscal do governo.

A MP, transformada agora na Lei 13.137, foi sancionada com nove vetos. Mas a presidente manteve no texto a possibilidade de a Câmara dos Deputados firmar parcerias público-privadas para a construção de um centro de lojas, o chamada "Parlashingopping".

Com a medida e aumento da tributação de importados, o governo esperava inicialmente uma elevação de R\$ 1,19 bilhão ao ano na arrecadação, sendo R\$ 694 milhões só em 2015.

A alta dos impostos atinge também a importação de etanol, que passa a ser tributada em 11,75% (ante 9,25%). Houve ainda o aumento de PIS/Pasep e Cofins no caso de cervejas, chás, isotônicos, energéticos, chope e refrigerantes, conforme pretendia a Receita Federal.

Desoneração

O governo trabalha com a "pretensão" de votar o projeto que reverte parte da política de desoneração da folha de pagamento na Câmara ainda nesta semana, afirmou o ministro da Aviação Civil Eliseu Padilha. O projeto estava pautado no plenário da Câmara na última quinta-feira, mas teve a votação adiada.

Carros autônomos e inteligentes estão mais próximos da realidade

23/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



Há décadas, analistas e teóricos preveem um futuro com carros autônomos, e empresas como o Google trabalham há anos para tornar essa ideia realidade.

Mas o sedã Mercedes-Benz S550, de US\$ 136 mil, com bancos dianteiros massageadores, bancos traseiros reclináveis e um painel digno de um caça a jato, mostra que o futuro do transporte já chegou.

O carro semiautônomo de hoje não é o único sinal de que o transporte está mudando rapidamente.

Analistas dizem que os avanços nesse setor são mais visíveis nas cidades, onde a tecnologia está permitindo o compartilhamento de carros por meio de aplicativos, novos modos de dirigir e estacionar, novas formas de deslocamento em curta distância e miniônibus particulares com assentos reservados por telefone.

Sistemas de comunicação e sensores instalados nas ruas e nos automóveis oferecem a possibilidade de estradas inteligentes, e sistemas como a energia solar modificam os custos ambientais do transporte.

A tecnologia também está criando novas opções de locomoção para curtas distâncias, como motos elétricas, com baixo consumo de energia.

“Os carros vão mudar mais nos próximos 20 anos do que mudaram nos últimos 75”, disse M. Bart Herring, da Mercedes-Benz USA. “O que fazíamos há dez anos não era muito diferente de 50 anos atrás. Já o que acontecerá nos próximos 20 anos é equivalente ao pouso na Lua”.

Mas o sistema de transporte do futuro também pode ser mais complexo juridicamente e, dado o uso crescente de sistemas privados, mais desigual.

Além disso, as modificações poderão ocorrer mais depressa do que a capacidade de adaptação das leis e normas sociais.

“Tudo o que pensamos que acontecerá logo, como carros completamente autônomos, levará muito tempo”, disse Bryant Walker Smith, da faculdade de direito da Universidade da Carolina do Sul. “Mas o que não esperamos é que virá realmente rápido.”

Usando radares e câmeras, o S550 pode se centralizar em uma pista de rolagem, manter uma distância segura do veículo à frente e frear e desviar automaticamente para acompanhar o tráfego.

Porém, isso não significa que o motorista possa cochilar na estrada. O sistema de autocondução, por exemplo, não faz curvas fechadas. O carro também emite um alarme quando o motorista tira as mãos do volante por mais de dez segundos.

As tecnologias que estão trazendo mudanças nos transportes são as mesmas que modificam outros setores: sensores, smartphones e software.

Os sensores ajudam os carros, as estradas e outros elementos da infraestrutura moderna a se tornarem “conscientes”, permitindo que eles identifiquem outros veículos e as estradas a seu redor.

Os smartphones podem localizar e situar as pessoas. Eles também ajudam empresas a receber pagamentos e orientam eficientemente motoristas e passageiros.

Além disso, permitem que empresas como a Leap Transit, um dos vários serviços de ônibus privados de luxo movidos a apps que operam em San Francisco, a medir a demanda em suas rotas.

Por fim, o software liga os sensores aos smartphones. Quando todo o sistema de transporte estiver conectado, o software vai analisar todos os dados para realocar recursos, identificar situações de emergência e adotar medidas assim que necessário.

“Estamos acrescentando inteligência a todas as etapas do sistema”, disse Stefan Heck, pesquisador convidado na Universidade Stanford, na Califórnia.

Como muitos que estudam o assunto, ele afirma que a condução autônoma e outros avanços tornarão o transporte mais seguro. A maioria dos acidentes é causada por erros humanos que teoricamente poderiam ser atenuados ou evitados pela inteligência artificial.

Reduzir as fatalidades nas estradas americanas em dezenas de milhares está dentro do plausível, segundo especialistas e fabricantes de veículos.

Em 2008, a fábrica de carros sueca Volvo estabeleceu uma meta: até 2020 “ninguém será gravemente ferido ou morrerá em um novo Volvo” —objetivo que depende em grande parte da crescente automação.

Os ganhos em eficiência também são prováveis. Hoje, os carros passam a maior parte do tempo ociosos e frequentemente carregam um único passageiro.

Isso poderá mudar não apenas com o compartilhamento do transporte facilitado pelos smartphones e com a propriedade reduzida dos veículos, mas também porque a automação modificará a própria condução.

Os carros imunes a acidentes poderiam ser mais leves, ficar mais próximos uns dos outros nas vias expressas e trafegar em pelotões, reduzindo os congestionamentos. As estradas inteligentes, afirma Heck, poderiam poupar um número incalculável de vidas e centenas de bilhões de dólares.

Mas o caminho para a plena automação não deverá ser rápido.

Apesar de o Google ter anunciado que em breve começará a testar carros autocondutores, muitos especialistas acreditam que os carros totalmente autônomos ainda vão demorar pelo menos uma década para serem lançados.

Protótipos de carros autocondutores do Google geralmente são equipados com um sensor a laser que custa cerca de US\$ 85 mil. Outros equipamentos também são caros demais para os carros produzidos hoje.

Porém, se a automação plena ainda está a anos de distância, já existem o que os fabricantes de automóveis chamam de características “semiautônomas” —e elas estão ficando melhores e mais baratas a cada ano.

São os sistemas de radar, câmeras e ultrassom. Juntos, esses sensores permitem que o carro “veja” muita coisa que o motorista provavelmente não veria, como uma redução súbita da velocidade do terceiro veículo à sua frente.

Em breve, alguns carros poderão aproveitar dados de telemetria, podendo indicar o início de um congestionamento, por exemplo, ou uma curva perigosa.

O Instituto de Dados sobre Perdas no Tráfego, que acompanha estatísticas relacionadas a seguros automotivos nos EUA, descobriu que o sistema de prevenção de colisão dianteira da Volvo, que desacelera ou detém o carro se pressentir um choque iminente, reduziu as indenizações por ferimentos corporais em 18%.

Muitos fabricantes de veículos vendem sistemas semiautônomos como um adicional por cerca de US\$ 3.000 ou menos. Vários disseram prever que essas tecnologias serão padrão em um amplo leque de veículos.

Se continuarem demonstrando ganhos em segurança e eficiência, essas tecnologias poderão um dia até ser exigidas pelo governo.

Erik Coelingh, da Volvo, disse sobre as funções semiautônomas: “Não há uma tecnologia fundamentalmente cara envolvida em qualquer parte disto”.

DAF anuncia nova estrutura na área de vendas

23/05/2015 - Fonte: Automotive Business

A **DAF** anuncia nova estrutura em sua área de **vendas**: Luis Antonio Gambim será seu novo diretor comercial no Brasil, assumindo a vaga deixada por Michael Kuester, que em março deste ano assumiu a presidência da companhia no País (leia [aqui](#), a quem Gambim se reportará.

O executivo ficará baseado na sede administrativa da montadora em Ponta Grossa (PR), junto à fábrica.

“Tenho um desafio muito importante nesta nova posição, o de fazer, em conjunto com meu time, a DAF ser reconhecida no Brasil da mesma forma que é na Europa. Temos um produto excelente, uma marca forte e um grupo sólido por trás das operações da companhia no Brasil.

Isso é fundamental para atingir os volumes estabelecidos no planejamento da empresa. E o momento é o mais propício para nos desenvolvermos, ganharmos musculatura para a retomada do mercado em 2016”, afirma Gambim.

Há 17 anos atuando no mercado de caminhões, Gambim passou por diversas empresas, sendo que sua última passagem foi pelo grupo Auto Sueco, onde assumiu em 2009 a posição de diretor comercial.

Ao mesmo tempo em que ele assume o novo cargo, a DAF reestrutura a área comercial e nomeia Jorge Medina também como diretor da área, mas com diferentes atribuições de Gambim, a quem ele se reportará. Medina acumulará a função de diretor de marketing.

PSA Peugeot Citroën investirá € 557 milhões no Marrocos

23/05/2015 - Fonte: Automotive Business

A PSA Peugeot Citroën investirá € 557 milhões para a construção de uma fábrica de veículos e de motores no Marrocos, localizada no município de Ameer Seflia, na região de Kenitra, na região norte daquele país.

Com capacidade inicial de 90 mil motores e veículos por ano, a empresa prevê a montagem de modelos dos segmentos B e C a partir de 2019, estimando a produção de 200 mil unidades por ano posteriormente a fim de atender a demanda local.

O acordo de investimento e construção da unidade foi assinado pelo presidente mundial do grupo, Carlos Tavares, juntamente com o rei do Marrocos, Mohammed VI, e seu ministro para a Indústria, Comércio, Investimento e Economia Digital, Moulay Hafid Elalamy, durante encontro realizado na sexta-feira, 19, no Palácio Real da capital Rabat.

O projeto visa iniciar a produção com 60% de localização com meta de 80% ao longo dos anos, beneficiando fornecedores que já atuam no mercado local, além do desenvolvimento de atividades de engenharia.

“A África e o Oriente Médio são mercados históricos para a PSA e esta região deverá se tornar uma alavanca de internacionalização rentável do nosso plano Back in the Race.

Graças a este acordo assinado hoje com o Reino do Marrocos teremos capacidades de produção no centro da região para alcançar nossa ambição de ali vender um milhão de veículos em 2025”, declarou Tavares.

O ministro Elalamy comemorou o aporte: "Este investimento industrial demonstra mais uma vez a pertinência da política adotada, que favorece os investimentos das maiores montadoras mundiais, fazendo do Marrocos o polo automotivo em desenvolvimento do continente africano, graças à existência de um verdadeiro ecossistema automobilístico, reunindo todas as competências necessárias em matéria de fabricação, de engenharia e de fornecimento".

Segundo a empresa, o acordo assinado permite completar o dispositivo industrial existente na Nigéria e outro ainda em negociação no Irã, o que permitirá começar desde já a preparar as condições de realização do plano de vender um milhão de veículos na região da África e Oriente Médio até 2025, que tem potencial estimado em 8 milhões de veículos nos próximos dez anos.

Plano Safra destinará R\$ 28,9 bilhões para agricultura familiar

23/05/2015 - Fonte: Automotive Business



O Plano Safra da Agricultura Familiar 2015/2016 terá R\$ 28,9 bilhões em recursos, 20% a mais que na última safra (2014/2015), quando o governo repassou R\$ 24 bilhões ao setor. O número foi anunciado na segunda-feira, 22, pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, em cerimônia com a participação da presidenta Dilma Rousseff.

"O Plano Safra da Agricultura Familiar é prova do comprometimento deste governo com a agricultura familiar e de seu esforço para fortalecê-la. Mesmo no contexto dos necessários ajustes fiscais em que vivemos, conseguimos ampliar os recursos para esse Plano Safra e manter as taxas de juros reais negativas, isso demonstra o compromisso da presidenta Dilma com aqueles que mais precisam e quem mais trabalha para produzir o alimento das famílias brasileiras", disse o ministro.

Dos R\$ 28,9 bilhões, R\$ 26 bilhões virão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com juros ainda negativos, de 0,5% a 5,5% ao ano, com tratamento diferenciado a agricultores de baixa renda.

Para os pequenos produtores do Semiárido, as taxas vão variar de 0,5% a 4,5% ao ano. Os demais recursos, R\$ 2,9 bilhões, terão juros de 7,75% ao ano para custeio e 7,5% ao ano para investimentos, incluindo em máquinas e equipamentos agrícolas.

O Plano Safra para agricultura familiar era esperado também pela indústria fabricante de máquinas como forma de alento às vendas, que recuaram 25% no acumulado até maio (leia [aqui](#)).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, 4,3 milhões de estabelecimentos rurais do Brasil são da agricultura familiar, 84% do total. O setor é responsável por 33% do valor bruto da produção agropecuária do País e pela produção da maioria dos alimentos consumidos pelos brasileiros.

Entre as medidas do novo Plano Safra da Agricultura Familiar, estão mudanças no seguro-safra e o anúncio de que os órgãos federais (administração direta e indireta) deverão

destinar pelo menos 30% dos recursos aplicados na aquisição de alimentos para a compra de produtos da agricultura familiar.

As compras poderão ser feitas por órgãos que fornecem alimentação como hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros. O governo espera que a medida abra um mercado potencial de R\$ 1,3 bilhão em todo o País.

No início deste mês, a presidente Dilma lançou o Plano Safra da Agricultura empresarial, que vai dispor de R\$ 187,7 bilhões para o setor na safra 2015/2016.

Junker vai produzir exaustores de névoa no Brasil

23/05/2015 - Fonte: Usinagem Brasil



A Junker do Brasil vai iniciar em julho a produção de exaustores de névoa no Brasil. A linha de produção foi implantada nas instalações da Zema Zselics, em São Bernardo do Campo (SP), recentemente adquirida pelo grupo alemão.

Em São Bernardo, serão produzidos dois modelos da família Basic Line da LTA, empresa alemã, também integrante do Grupo Junker. "Além de atender o mercado brasileiro, a unidade irá abastecer todos os países das Américas", informa Dirk Huber, diretor-geral da Junker do Brasil, acrescentando que a produção local irá baratear os custos.

De acordo com Huber, a LTA desenvolveu moderna tecnologia em sistemas de filtragem e sucção de máquinas-ferramenta. Os exaustores funcionam por método de separação eletrostática, que queima as partículas de sujeira, separando óleo, emulsão e pó.

A legislação brasileira exige que os exaustores de ar e névoa trabalhem com o máximo de 5 mg de material por m³. O sistema LTA garante 1 mg/m³. O sistema não utiliza filtros descartáveis e sim reutilizáveis, em conformidade com as leis de proteção ambiental e preservação dos recursos naturais.

Nova regra deve baixar valor da aposentadoria no futuro

23/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



A nova regra da aposentadoria tem algo de inédito. Forçado por uma inesperada derrota no Congresso, o governo agiu de improviso e ampliou os benefícios previdenciários em plena recessão econômica. Mas tamanha generosidade terá um preço.

Os ganhos de quem se aposentar nos próximos anos serão cobrados das futuras gerações de aposentados, provavelmente dos que deixarem o mercado de trabalho a partir da década de 2030.

INFOGRÁFICO: Rombo da Previdência vai crescer

Quem vai pagar são os futuros aposentados. Como não há mais como aumentar a contribuição, a saída será reduzir o benefício. O teto previdenciário ficará ainda mais baixo.

O governo só foi benevolente agora porque, em sua avaliação, a "minirreforma" vai gerar economia para a Previdência Social no curto prazo – nos próximos dois a quatro anos, conforme diferentes estimativas – e, por mais alguns anos na sequência, terá impacto equivalente ao do fator previdenciário. Isso porque, em tese, a concessão de benefício integral a quem cumprir os novos requisitos vai estimular muita gente a adiar a aposentadoria.

Esse efeito positivo, no entanto, não vai durar muito. Especialistas estimam que, a partir de meados da próxima década, a regra que ficou conhecida como "85/95 progressiva" passará a representar um gasto adicional para o INSS. Se não houver uma nova reforma até lá, a única forma de conter a sangria do esburacado caixa da Previdência será a redução dos benefícios.

"Quem vai pagar são os futuros aposentados. Como não há mais como aumentar a contribuição, que já é elevada, a saída será reduzir o benefício. O teto previdenciário ficará ainda mais baixo", diz o consultor em Previdência Renato Follador, um dos criadores da fórmula do fator previdenciário. "Hoje as pessoas reclamam que o benefício é miserável. Ficarão mais miseráveis ainda."

O governo vem "achatando" o valor da aposentadoria há mais de uma década. Na comparação com o salário mínimo, o valor máximo da aposentadoria pelo INSS – que em geral apenas acompanha a inflação – caiu há 11 anos.

Em meados de 2004, o teto, então de R\$ 2.509, equivalia a 9,6 salários mínimos. De lá para cá, o maior benefício subiu 86% e o salário mínimo, 203%. Com isso, o teto atual, de R\$ 4.664, corresponde a apenas 5,9 mínimos.

Antes mesmo do anúncio da nova regra, Follador estimava que o maior benefício baixaria a cinco salários mínimos por volta de 2018 e, 20 anos depois, chegaria a três salários. Com o gasto adicional que a nova fórmula provocará no médio e longo prazo, o declínio pode ser mais acentuado.

Rombo

No ano passado, o INSS teve um déficit de R\$ 56,7 bilhões, equivalente a 1,03% do PIB. Segundo cálculos do Ministério da Previdência anteriores à edição da nova regra, em 2030 o rombo chegaria a 2% do PIB e, mantendo a trajetória ascendente, bateria em 9% por volta de 2060. Isto é, quase R\$ 10 de cada R\$ 100 produzidos pela economia serviriam basicamente para cobrir o buraco da Previdência.

O ministério ainda não refez essas contas. Informou apenas que até 2026 haverá uma economia de R\$ 50 bilhões em comparação à fórmula que havia sido aprovada pelo Congresso, a "85/95 fixa", sem progressão.

Sabe-se, no entanto, que no longo prazo a fórmula estabelecida pela medida provisória 676 tende a ampliar o déficit do INSS.

Virada

Pela nova regra, pode se aposentar com benefício integral a mulher que alcançar 85 pontos na soma de idade e tempo de contribuição, e o homem que atingir 95 pontos no mesmo critério. Esses números serão elevados gradualmente até chegar a 90 e 100, respectivamente, em 2022.

“Pelos estimativas de longevidade do IBGE, podemos estimar que por volta de 2027, para o homem que somar 100, valerá a pena se aposentar pela nova regra, e não mais pelo fator, que até lá deverá ser mais vantajoso nesse caso. Então é a partir desse momento, de meados da próxima década em diante, que começa o efeito negativo para as contas da Previdência”, avalia o especialista em Previdência Leonardo Rolim, consultor da Câmara dos Deputados.

Especialista vê “tragédia grega” a caminho

Antes de afundar na crise, a Grécia tinha um modelo de previdência quase idêntico ao do Brasil. Permitia aposentadoria por idade ou por tempo de contribuição e estabelecia regras diferentes – mais benevolentes – para servidores públicos.

Como não fez as reformas quando a situação econômica era mais tranquila, o governo grego se obrigou, em meio à recessão, a promover um corte radical nos benefícios: reduziu o valor das aposentadorias em 15% de uma só vez, e o congelou por cinco anos. Ao mesmo tempo, instituiu a idade mínima e elevou o tempo de contribuição.

Para Leonardo Rolim, consultor legislativo da Câmara dos Deputados, o Brasil pode estar tomando o mesmo caminho. “A Grécia é um país mais envelhecido. Por volta de 2025, chegaremos ao padrão de idade que eles têm hoje. Mas não vejo a sociedade brasileira consciente desse problema”, diz Rolim, ex- secretário de Políticas de Previdência Social do governo.

“Não é previsão apocalíptica, é matemática simples. A população idosa vai triplicar até 2060, e as pessoas estarão vivendo mais. Ao mesmo tempo, haverá menos gente no mercado de trabalho, contribuindo para o INSS. A conta não vai fechar.”

Segundo Rolim, ainda há tempo para fazer uma reforma que equilibre as contas da Previdência. Segundo ele, além do bônus demográfico – a população em idade produtiva cresce mais que a população idosa –, o país ainda conta com outros três bônus: os aumentos da formalidade do mercado de trabalho, da participação das mulheres e da escolaridade média dos trabalhadores, que ampliam a renda e, portanto, a arrecadação do INSS.

“Estamos no momento ideal para fazer uma mudança mais suave. Com o passar do tempo, as mudanças terão de ser mais drásticas”, diz. **(FJ)**

“Fórmula é versão piorada do fator”

Para o consultor Renato Follador, a fórmula progressiva é uma versão “piorada” do fator previdenciário. Segundo ele, enquanto o fator usa critérios científicos para estimar a sobrevida e definir o benefício a que o aposentado tem direito, a nova regra estabeleceu o cálculo “de forma aleatória e sem nenhuma fundamentação técnica”.

“A fórmula do fator já embute o equilíbrio financeiro e atuarial da Previdência, de forma que a pessoa receba rigorosamente o que contribuiu. É uma conta de resultado zero. Se contribuir menos, ou receber o benefício por mais tempo, o valor da aposentadoria é menor, e vice-versa”, explica.

“No fator, a expectativa de sobrevivência é ajustada anualmente, de acordo com as projeções do IBGE. Na nova fórmula, isso será estabelecido arbitrariamente, sem qualquer critério, pelo governo ou pelo Parlamento.”

Segundo Follador, a progressão estabelecida pela MP 676 “é uma burrice”, pois será interrompida em 2022, ao passo que a longevidade continuará aumentando – o próprio ministro da Previdência, Carlos Gabas, admitiu que a fórmula da MP é uma “solução momentânea”. “As pessoas viverão mais, a despesa será maior, e o governo e o Parlamento terão que, rotineiramente, rediscutir isso. Como são medidas impopulares, o risco é de o debate não avançar e as contas da Previdência só piorarem”, avalia Follador. **(FJ)**

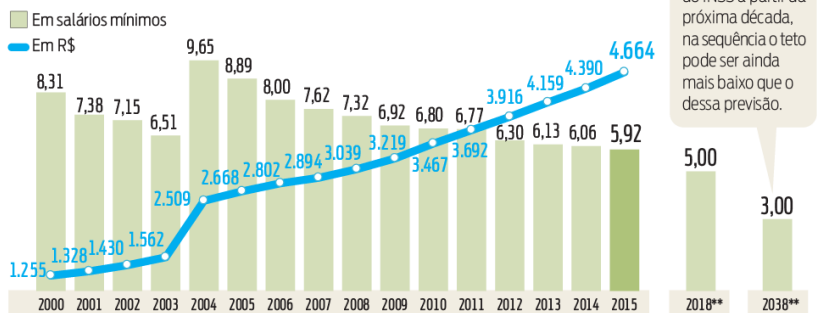
O ROMBO VAI AUMENTAR...

As projeções abaixo foram feitas antes da mudança da regra da Previdência Social. Com a nova fórmula, a tendência é de que o rombo seja menor até meados da próxima década, e maior dali em diante.



...E O TETO VAI DIMINUIR

Embora o benefício máximo da Previdência esteja subindo em reais, na comparação com o salário mínimo o "teto" tem ficado cada vez mais baixo. Como a regra 85/95 vai aumentar as despesas da Previdência no longo prazo, a tendência é de que haja ainda mais achatamento.



*Em junho de cada ano **Projeção de Renato Follador, feita com base na regra anterior de aposentadoria.

Fonte: Ministério da Previdência, Renato Follador, Redação. **Infografia:** Gazeta do Povo.

Volks negocia novo lay-off em São Bernardo, dizem metalúrgicos

23/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A Volkswagen está negociando com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista um novo lay-off (suspensão temporária dos contratos) para trabalhadores da linha de produção da fábrica de São Bernardo do Campo (SP). Segundo o presidente da entidade, Rafael Marques, a montadora diz ter um excedente de 2 mil funcionários na unidade que poderá ser afastado. A empresa não se pronunciou.

“Ainda não está fechado, mas há fortes indícios de que vai haver um novo lay-off”, comentou o dirigente sindical em entrevista ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado, nesta segunda-feira, 22.

Ele ponderou que pediu à montadora para esperar o lançamento do Programa de Proteção ao Emprego (PPE), que prevê a redução da jornada de trabalho com redução proporcional dos salários, para tomar a decisão. O governo prometeu lançar o programa até o fim de junho deste ano.

Na fábrica do ABC da Volkswagen, já há 220 metalúrgicos com contratos suspensos desde 1º de junho deste ano até outubro. Além deles, a montadora possui 370 trabalhadores em lay-off em Taubaté (SP), sendo 250 desde o fim de março e 120 desde o final de abril - em ambos os casos, por cinco meses. A empresa tem ainda 570 funcionários afastados na fábrica de São José dos Pinhais (PR) desde o começo de abril, também por cinco meses.

Mercedes

Marques afirmou que o sindicato também recomendou à Mercedes-Benz a esperar o lançamento do PPE para decidir o futuro dos 1.750 metalúrgicos considerados excedentes em São Bernardo. Na fábrica, já há 250 funcionários em lay-off até setembro. No início de junho, cerca de 500 trabalhadores da unidade foram demitidos, sendo 330 por decisão da empresa e o 120 por meio de um programa de demissão voluntária (PDV).

PPE

O O dirigente sindical afirmou que os ministros da Casa Civil, Aloizio Mercadante, e da Secretaria Geral da Presidência da República, Miguel Rosseto, prometeram que o PPE será lançado até 30 de junho, por meio de Medida Provisória (MP). "Ele tem que sair. Nas negociações com as empresas estou partindo do pressuposto de que a proposta está praticamente finalizada", comentou.

Marques explicou que as centrais sindicais reivindicaram 50%, mas o "mais provável" é que a MP preveja redução de até 30% da jornada de trabalho, com 15% do salário sendo compensado pelo governo, por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Os outros 15% serão tema de discussão entre os sindicatos e as empresas. "Não partimos do pressuposto de que o trabalhador vai ter alguma perda", disse.

O dirigente sindical defendeu que, se o governo vai arcar com metade da redução salarial, a empresa deve ser a responsável por arcar com a outra metade. Marques lembrou que, durante a crise financeira de 2008, alguns sindicatos no Brasil fizeram acordos com as empresas para redução da jornada e que "todos os acordos eram metade/metade" entre as companhias e o governo.

Ele ressaltou ainda que, nos acordos de lay-off fechados entre o sindicato do ABC e as montadoras, as empresas complementam o salário do trabalhador. Ou seja, arcam com a diferença entre os R\$ 1,3 mil pagos pelo FAT e o resto do salário do metalúrgico.

"Não vai ser diferente no PPE. A ideia do programa é manter o funcionário trabalhando e a renda preservada para que o efeito da crise não se espalhe pela região", argumenta.

Audiência em Curitiba discute mudanças na tributação para micro e pequenas empresas

23/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Uma audiência pública realizada nesta segunda-feira (22), em Curitiba, encerrou a rodada de 12 capitais em que o ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, Guilherme Afif Domingos, o relator do Projeto de Lei Complementar (PLP) 448/14, João Arruda, PMDB-PR, e o líder da Frente Parlamentar da

Pequena Empresa, Jorginho Melo, PR-SC, coletaram contribuições para o relatório final que prevê mudanças no enquadramento das MPE brasileiras no Supersimples.

Pela proposta da PLP 448/14, as atuais sete tabelas de alíquotas de tributos serão substituídas por quatro e as 20 faixas de faturamento serão reduzidas para sete, sendo duas de transição. A ideia é aliviar o impacto do crescimento da empresa, principalmente na área tributária.

"Queremos trocar a escada tributária por uma rampa e evitar a morte súbita de empresas que crescem mas não sustentam o aumento de impostos e precisam ir no tranco. Hoje quem sai do Simples pode cair no complicado e morrer", explica o ministro Afif Domingos.

Faturamento

Para acomodar 95% das empresas brasileiras, enquadradas entre as MPE, a proposta prevê o aumento do teto de faturamento das micro de R\$ 360 mil/ano para até R\$ 900 mil/ano, e das pequenas, de R\$ 3,6 milhões/ano para até R\$ 14,4 milhões, como no caso das indústrias.

O ajuste também contempla a ampliação do limite de faturamento anual dos micro empreendedores individuais (MEI) de R\$ 60 mil para R\$ 120 mil. A partir dessas novas faixas de faturamento, a tributação será progressiva, em que o empresário pagará sobre o excedente das faixas do Supersimples.

Votação

Reunir apoio de entidades empresariais e da sociedade foi a estratégia para garantir o trâmite da 448/14 no Congresso. O relatório deve ser votado em comissão no próximo dia 1 de julho, com previsão de ir a plenário já em agosto.

Pelo estudo do impacto da renúncia fiscal, a nova proposta deve reduzir em até 3% a arrecadação do INSS pela mudança de alíquotas e reenquadramento do faturamento das empresas, o que deve ser minimizado pelo aumento da formalização.

"Quando há menos para pagar, todos contribuem. A ideia não é reduzir o orçamento do governo, mas estabelecer uma escala de contribuição que não onere o crescimento", diz o ministro.

Empresa Japonesa Quer Ser Pioneira Na Exploração De Minério Na Lua:

23/05/2015 - Fonte: Minning Brasil

Uma empresa emergente japonesa chamada ispace quer ser pioneira em pesquisar com veículos robotizados a existência de recursos minerais na superfície lunar para vender depois as suas descobertas a empresas de mineração.

"Descobriremos onde se distribuem elementos como as terras raras mediante a análise da areia e das camadas usando as câmaras de entre 10 e 100 destes rovers (veículos robotizados)", disse esta segunda-feira ao jornal económico Nikkei o executivo-chefe da ispace, Takeshi Hakamada.

No entanto, a companhia, fundada em 2013, ainda está a arrecadar fundos para poder mandar seu primeiro rover à Lua, o que espera que seja lançado em torno da segunda metade de 2016 pelo operador aeroespacial privado americano SpaceX.

O objectivo, além disso, é que este primeiro veículo participe de um concurso convocado pelo gigante tecnológico Google, pelo qual 15 equipas devem conseguir que o seu veículo percorra 500 metros sobre a Lua e envie vídeos e fotos outra vez para a Terra.

A primeira equipa que conseguir vai levar um prémio de 20 milhões de dólares. O prémio é mais do que o dobro que o investimento inicial de cerca de 8 milhões de dólares que a ispace precisa de arrecadar para lançar em 2016 a sua sonda e, conta Hakamada, representa antes de tudo a melhor publicidade para começar a enviar veículos de exploração antes do ano de 2023.

A empresa arrecadou quase metade desse orçamento graças ao patrocínio que acertou por enquanto com a empresa de maquinaria pesada IHI e com as lojas de departamento Mitsukoshi.

Para o concurso - chamado Google Lunar Xprize - a equipa da ispace deve explorar uma área lunar conhecida como Lacus Mortis com um veículo desenvolvido por especialistas da universidade japonesa de Tohoku e engenheiros voluntários.

À frente da equipa de desenvolvimento está o professor Kazuya Yoshida, que já contribuiu para a criação de outro veículo da agência aeroespacial japonesa chamado Hayabusa-2.

Museu Paranaense reúne relíquias de indústrias do Paraná

23/05/2015 - Fonte: Minning Brasil

Indústrias paranaense como a Todeschini, Matte Leão, Pianos Essenfelder, entre outras, criaram produtos que fazem parte da memória afetiva de muita gente – além de terem contribuído para o desenvolvimento do estado.

Parte dessa história está reunida na mostra “Indústrias do Paraná”, em cartaz no Museu Paranaense.

A exposição, que ocupa um novo espaço físico do museu, destinado para homenagear empresas consideradas essenciais na economia do estado, traz objetos, fotografias e outros materiais de empresas como Matte Leão, Cerâmicas Colombo, Fábrica de Fitas Venske, Impressora Paranaense, Todeschini e Pianos Essenfelder.

Há, ainda, um espaço destinado para o Banco Banestado, fundado em 1928.

“Apesar de não ser uma indústria, incluímos esse espaço na mostra pois foi importante na história do Paraná. Além disso, o museu abrigou o acervo depois da privatização do banco, em 2000”, diz a coordenadora do setor de História do Museu Paranaense, Tatiana Taketuzi.

Além de saber da história da fundação e da expansão do Banestado é possível ver materiais que vão desde uma grande máquina de contar moedas, até os populares cofres de plástico em formato de “porquinho”, que eram distribuídos gratuitamente para os clientes.

Entre as várias curiosidades reveladas pela mostra, está o fato de a Todeschini, fundada em Curitiba em 1885, ter sido a primeira indústria de macarrão do Brasil, trazida ao país pelo italiano Giuseppe Todeschini.

Entre os objetos da fábrica (fechada em 2013), está uma grande máquina de macarrão, de 500 quilos, e outra usada para fazer casquinhas de sorvete, que é “um sucesso”, entre as crianças, conta Tatiana.

Da Imprensa Paranaense, que imprimiu o primeiro jornal do Paraná, "Dezenove de Dezembro", em 1854, é possível ver uma máquina litográfica de 1898, responsável pela impressão de rótulos de vários produtos, como a erva-mate e a icônica balas Zéquinha.

Em parceria com o Solar do Barão, o museu conseguiu reproduzir novamente o desenho de algumas pedras litográficas.

Venske

Com mão de obra 90% formada por mulheres, a Fitas Venske, que aparece na mostra, foi, segundo Tatiana, uma fábrica que refletiu os avanços da legislação trabalhista da década de 1930 (sua fundação foi em 1907, mas passou por uma ampliação em 1938, quando a fábrica ocupou um espaço de 16 mil metros quadrados no Alto da XV).

Ela cita um trabalho da professora do departamento de História da UFPR, Roseli Boschilia, feito sobre o assunto. "Foi um período de ingresso de mulheres jovens no mercado de trabalho", fala Tatiana.

Indústrias do Paraná

Museu Paranaense (R. Kellers, 289 – São Francisco), (41) 3304-3300. Visitação de terça a sexta-feira, das 10h às 18 horas. Sábados, domingos e feriados, das 10h às 16 horas.

Entrada franca.

A mostra fica em cartaz por tempo indeterminado. Mais informações no [Guia](#).

Na Venske, por exemplo, as trabalhadoras tinham um berçário à disposição, além de serviços de profissionais como dentistas, área ampla de refeitório, ambulatório, entre outros espaços.

De acordo com Tatiana, todas as empresas contempladas na exposição, apesar de serem de diferentes ramos, têm em comum o fato de não terem conseguido resistir às mudanças da virada para o século 21, que impôs uma nova dinâmica de mercado.

"Indústrias do Paraná" fica em cartaz no Museu Paranaense por tempo indeterminado, com entrada gratuita.

Inadimplência de empresas cresce 8,33% em maio ante maio de 2014, diz SPC Brasil

23/05/2015 - Fonte: Diário do Grande ABC

O número de empresas com dívidas em atraso cresceu em maio 8,33% em relação a idêntico mês no ano passado, mostra o indicador de inadimplência calculado pela SPC Brasil e Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL).

A alta atual, de acordo com a economista-chefe da SPC Brasil, Marcela Kawauti, é a maior desde julho de 2013 e representa uma aceleração da inadimplência em relação aos números do início do ano, quando o indicador oscilava ao redor de 6%.

Em relação a abril, o indicador de inadimplência da SPC Brasil para pessoa jurídica cresceu 1,41%.

"A dificuldade dos empresários em manter os compromissos financeiros em dia está relacionada à atual conjuntura econômica de baixo crescimento e queda da produção industrial, além da elevada inflação e altas taxas de juros", observa Marcela.

O número de empresas com dívidas em atraso entre 3 e 6 meses cresceu 14,82%, além da alta anual de 13,89% verificada nas dívidas em atraso entre 3 e 5 anos.

Por regiões, os destaques ficaram com Nordeste e Sudeste, com variação de 8,27% e 8,15%, respectivamente.

A Região Sul, com 4,89%, foi a que apresentou o menor percentual de crescimento no volume de contas em atraso pelas empresas.

Todavia, a maior parte das empresas devedoras, de acordo com a SPC Brasil, está concentrada no Sudeste, com 43,49% das inadimplentes.

Segundo os especialistas da SPC Brasil, a concentração do maior número de empresas inadimplentes no Sudeste ocorre porque a região responde pela maior parte do PIB brasileiro.

Por setores, o destaque no indicador de inadimplência em maio relativamente a maio de 2014 foi o segmento de Serviços com crescimento de 12,85%, puxado por bancos e financeiras.

O segundo maior avanço ficou por conta da indústria, com crescimento de 9,63%, seguido por Comércio e Agricultura, respectivamente com 7,53% e 4,08%.

Mineradora inglesa vai explorar diamante em GO

23/05/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

A mineradora Five Star, com sede em Londres, vai operar uma mina para exploração de diamantes no Estado de Goiás, com investimento de R\$ 190 milhões.

A unidade ficará localizada entre os municípios de Catalão e Ouidor (distante cerca de 300 quilômetros da capital), em uma mina desativada, e será a primeira em funcionamento da empresa, fundada no ano passado.

O Brasil foi escolhido por causa do potencial de exploração e pela segurança política do país.

"Pelo fato de a maioria das minas estarem relacionadas a problemas de guerrilha e ditadura na África, os investidores buscam fontes limpas do diamante", diz Luís Maurício Azevedo, diretor-executivo da Five Star no Brasil.

Todo o aporte será destinado à aquisição de maquinários –80% deles nacionais– para fazer, por exemplo, a captação e a identificação do mineral por meio de raio-x e a separação das pedras.

A unidade deverá entrar em operação ainda neste ano, com 60 funcionários, e projeta produzir até dezembro 3.000 quilates.

A partir de 2016, a mineradora prevê que a produção anual atinja 400 mil quilates, dos quais cerca de 60% serão destinados à exportação.

A empresa pretende atuar somente no Brasil, com foco em Goiás, entretanto, tem sondagens em andamento também no Pará e na Bahia.

"O fato de o país não ter avançado no marco regulatório da mineração deu um estímulo para os investidores internacionais. Acreditamos que o Brasil deva melhorar nas estatísticas globais", diz o diretor-executivo.

MP prorroga energia mais barata para indústrias do Nordeste

23/05/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

A presidente Dilma Rousseff editou a Medida Provisória 677 para criar o Fundo de Energia do Nordeste com a participação da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (Chesf), subsidiária da Eletrobras, e também para estender até o ano de 2037 a vigência de contratos especiais entre Chesf e indústrias eletrointensivas do Nordeste.

Essa prorrogação já havia sido proposta pelo Congresso em janeiro deste ano, mas foi vetada pela presidente Dilma. Há a expectativa de que o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, receba nesta terça-feira, 23, empresários do setor para detalhar os termos da renovação dos contratos.

A MP 677, publicada no Diário Oficial da União (DOU), autoriza a Chesf a participar do Fundo de Energia do Nordeste (FEN), com o objetivo de prover recursos para a implantação de empreendimentos de energia elétrica.

Segundo o texto, o FEN será criado e administrado por instituição financeira controlada pela União, direta ou indiretamente, e seus recursos deverão ser investidos em empreendimentos de energia elétrica na seguinte proporção: "no mínimo, cinquenta por cento na Região Nordeste; e até cinquenta por cento nas demais regiões do País, desde que em fontes com preços inferiores aos praticados na Região Nordeste".

Os recursos do FEN, a serem aplicados de acordo com as decisões deliberadas por seu Conselho Gestor, serão de titularidade das concessionárias geradoras de serviço público, inclusive aquelas sob controle federal, para implantação de empreendimentos de energia elétrica por meio de Sociedades de Propósito Específico nas quais as concessionárias tenham participação acionária de até 49% do capital próprio das sociedades a serem constituídas, diz a MP.

O conselho Gestor do FEN será um colegiado de caráter deliberativo, explica o texto, cuja composição e funcionamento serão definidos em regulamento. Caberá ao ministro de Estado de Minas e Energia designar os membros do conselho, indicados pelos titulares das organizações as quais representem. O ministro da pasta também designará o presidente do conselho.

Eletrointensivas. Além de criar o fundo, a Medida Provisória 677 também favorece o setor de indústrias eletrointensivas do Nordeste. A medida estendeu até 8 de fevereiro de 2037 acordos que elas mantêm com a Chesf há mais de 30 anos. Sem a MP, a vigência desses contratos terminaria no próximo dia 30 de junho.

No início do ano, a presidente havia vetado dois artigos da Medida Provisória 656 que ampliavam o prazo desses contratos especiais até 2042. Na ocasião, Dilma justificou o veto alegando que "a proposta teria efeitos lesivos à modicidade tarifária do setor elétrico e à concorrência no setor beneficiado.

Além disso, transferiria os riscos hidrológicos e eventuais variações nos custos da geração da energia a outros atores, criando possíveis desequilíbrios no mercado". Apesar disso, ela prometeu conversar com as empresas para encontrar uma solução.

Pelo acordo em vigor, a Chesf fornece energia para essas indústrias a um custo bem abaixo do mercado. Entre as empresas favorecidas com esses contratos especiais estão Vale, Braskem e Gerdau.

Se os contratos não tivessem sido ampliados, o custo dessa energia poderia até triplicar. Os casos mais delicados envolveriam fábricas instaladas nos Estados da Bahia, Pernambuco e Alagoas.

Para manter as condições diferenciadas dos contratos, no entanto, a MP publicada nesta terça-feira, 23, ressalta que as partes deverão atender a critérios estabelecidos na medida.

Entre elas, "as reservas de potência a serem contratadas de 1º de julho de 2015 a 8 de fevereiro de 2032 corresponderão a montante de energia igual à soma das parcelas a seguir: totalidade da parcela da garantia física vinculada ao atendimento dos contratos de fornecimento, a qual não foi destinada à alocação de cotas de garantia física de energia e de potência" e " parcela vinculada a noventa por cento da garantia física da Usina Hidrelétrica Sobradinho, no centro de gravidade do submercado da usina, deduzidas as perdas elétricas e o consumo Interno".

Simples Social quer desburocratizar terceiro setor

23/05/2015 - Fonte: Portal Contábil

A criação do Simples Social, regime tributário destinado às organizações da sociedade civil, tem conquistado espaço nas discussões políticas. Baseado nos moldes do Simples Nacional, o projeto pretende simplificar e diminuir a tributação de entidades como associações, fundações, organizações não governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips).

A proposta é defendida pelo ministro da Secretaria Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, e por instituições como a Fenacon, federação nacional que representa mais de 400 mil empreendimentos de serviços contábeis, assessoramento, perícias, informações e pesquisas.

"Às vezes, as atividades sem fins lucrativos precisam cumprir obrigações acessórias da mesma forma que multinacionais, o que inviabiliza seu funcionamento", avalia o presidente da Fenacon, Mario Berti.

Conceitos iniciais - Como o tema é inédito e ainda não existe projeto de lei em andamento, a Fenacon elaborou uma análise preliminar sobre o assunto, sugerindo a simplificação das obrigações tributárias (principais e acessórias) e dos processos burocráticos (abertura, encerramento e certidões).

"A intenção é definir tabelas de alíquotas adequadas ao terceiro setor e estabelecer regras para enquadramento nas opções de imunidade e isenção", afirma Berti. Outros procedimentos aplicáveis seriam a limitação para dispensa de emissão de nota fiscal, como ocorre com o MEI; e a utilização do Redesim para questões estatutárias e de abertura ou encerramento.

Aceitação - O Simples Social tem o apoio da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, que já apresentou e validou uma proposta nesse âmbito, conforme a Fenacon. O ministro da pasta, Guilherme Afif Domingos, defendeu publicamente a desburocratização envolvendo o terceiro setor em artigo publicado pelo jornal Folha de São Paulo, no dia 26 de fevereiro.

“O projeto ainda deverá sofrer ajustes, mas já foi aceito. Importantes organizações da sociedade civil também são favoráveis a proporcionar mais condições de sustentabilidade para tais iniciativas. Não vale a pena tanta burocracia considerando que a União arrecada pouco com essas entidades”, analisa Berti.

Ministro virá à Capital - O ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, vem a Campo Grande na próxima quarta-feira (24), para o lançamento do Propeq (Programa Estadual de Apoio aos Pequenos Negócios), o evento é uma união entre poder público e setores empresariais.

Durante o evento, serão apresentadas soluções em várias áreas, como desburocratização, orientação, capacitação e assistência técnica aos pequenos negócios. A solenidade acontece às 13h30, no Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo.

No evento acontece ainda posse dos membros do Fórum Estadual Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, assinatura do Termo de Cooperação Técnica do programa de desburocratização pela Redesim; e lançamento do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor.

Iniciativa da CNI estimula uso racional de energia na indústria

23/05/2015 - Fonte: Portal da Indústria

Projeto desenvolvido em parceria com o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior traz técnicos japoneses ao Brasil para avaliar o consumo e indicar ações de eficiência energética em empresas

Um grupo de técnicos da Agência Internacional de Cooperação para Capacitação em Conservação de Energia, do governo do Japão apresentará, nesta terça-feira (23), em São Paulo, a um grupo de 54 empresas brasileiras, ações de racionalização do uso de energia.

A iniciativa, que visa implantar no Brasil as boas práticas internacionais nesta área, é resultado de uma parceria da [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#), Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace) e Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Na primeira fase do projeto, os técnicos japoneses fizeram o diagnóstico e planos de uso racional de energia para duas unidades do grupo Votorantim - uma de cimento e outra de siderurgia - além de uma empresa do ramo têxtil, a Polyenka Ltda.

"A ideia é que o uso racional de energia seja uma prática cada vez mais presente em todas as empresas brasileiras", afirma o especialista em infraestrutura da CNI Rodrigo Garcia. Isso é importante especialmente neste momento em que os custos com o insumo estão subindo por causa do acionamento das termelétricas.

"Além de reduzir os custos de produção e trazer competitividade para as empresas, a eficiência energética é uma medida importante para a redução das emissões de gases do efeito estufa na indústria", completa Garcia.

Segundo ele, o Japão, que produz apenas 6% da energia que consome, é um modelo internacional de eficiência energética. De 1965 a 2012, a indústria japonesa reduziu em 43% o uso de energia para cada 1 trilhão de ienes produzidos (cerca de US\$ 9,8 bilhões). Graças às políticas implementadas em todos os setores, de 1973 para cá, o Japão diminuiu em 40% a quantidade de energia consumida para produzir o equivalente a 1 trilhão de ienes.

CARTILHA - No Brasil, o Plano Decenal de Expansão de Energia, do governo federal, prevê uma economia de 5,2% do total de energia a ser consumido em 2023. Em 2014, a economia foi de apenas 0,5% do total consumido.

Um estudo do Conselho Internacional de Eficiência Energética (ACEEE) coloca o Brasil em 15º lugar numa lista de 16 países avaliados pelo uso racional da energia. Nesse ranking, em que a Alemanha aparece em primeiro lugar, seguida da Itália, o Brasil fica à frente apenas do México.

Para incentivar o uso racional da energia, a CNI lançou, no ano passado, a cartilha *Entre nesta Corrente*. O folheto e a cartilha da campanha continham orientações práticas para economizar energia em motores elétricos, sistemas de refrigeração, de ar comprimido, de iluminação, de bombeamento de água na indústria.

[O material está disponível aqui no Portal da Indústria.](#)

Por Verene Wolke- Da [Agência CNI de Notícias](#)

Falta de acordo em tributação mina competitividade brasileira nos EUA

23/05/2015 - Fonte: Valor Econômico

As empresas brasileiras têm uma forte desvantagem competitiva, na comparação com os demais países dos Brics, para repatriar seus investimentos feitos no mercado americano. Todos os demais integrantes do bloco - China, Índia, Rússia e África do Sul - têm tratados para evitar a dupla cobrança de impostos com os Estados Unidos.

Na ausência de um acordo de bitributação, as multinacionais verde-amarelas com subsidiárias americanas pagam uma alíquota de 30% em qualquer remessa de dividendos, royalties, juros e serviços para o Brasil. Para os países com acordos, incidem alíquotas de zero a 25%, conforme o tipo de remessa.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos e a Câmara America de Comércio (Amcham) enviaram uma carta conjunta ao Palácio do Planalto colocando a abertura de negociações de um acordo de bitributação como uma das três prioridades para a visita da presidente Dilma Rousseff, no dia 30, à Casa Branca. As outras duas prioridades sugeridas pelos empresários são discussões para um tratado de livre comércio e a isenção recíproca de vistos entre os dois países.

"Sabemos que dificilmente o acordo para evitar a dupla tributação entrará na declaração dos presidentes, mas gostaríamos imensamente de uma sinalização para a entrada do assunto na agenda bilateral", afirma o gerente-executivo de comércio exterior da CNI, Diego Bonomo.

Desde 2008, segundo ele, não há conversas entre os dois governos sobre a questão. Há dois anos, a CNI consultou 30 grandes multinacionais brasileiras sobre os países tidos como prioritários para a celebração de acordos de bitributação. Os Estados Unidos apareceram como maior prioridade para 13 empresas - Austrália e Colômbia, em segundo lugar, foram citadas quatro vezes.

"As empresas brasileiras mudaram e têm mais operações fora do país", diz a secretária-executiva do Conselho Empresarial Brasil-EUA, Silvia Menicucci. Ela reconhece a dificuldade de levar adiante esse tipo de negociação, inclusive por causa das dúvidas sobre o efeito nos impostos arrecadados, mas acredita que é possível sair da paralisia. "É essencial que haja acordos para evitar a bitributação. Precisamos verificar o que é intransponível. Tudo, quando há boa vontade, consegue-se superar", ressalta Sílvia.

O estoque de investimentos brasileiros nos Estados Unidos alcança US\$ 14 bilhões. Do lado inverso, o estoque americano no Brasil chega a US\$ 116 bilhões e lidera a lista de investidores estrangeiros no país. Um eventual acordo vale para a tributação dos dois lados. O governo brasileiro concede, unilateralmente, isenção para as remessas de dividendos às matrizes de empresas estrangeiras instaladas por aqui.

O esforço dos empresários tem sido convencer o governo de que não haverá perdas de receitas tributárias com um acordo. Para colocar números no argumento, a consultoria EY foi contratada pela CNI para fazer um estudo sobre o assunto.

Atualmente, o Brasil tem 32 acordos de bitributação - Japão, China, África do Sul, Argentina, Canadá e México estão entre os parceiros. "De todos os países com quem ainda não temos um acordo, possivelmente os mais importantes são Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido", diz Bonomo.

Segundo o executivo, a legislação nacional permite "algum grau de compensação" pelos impostos pagos no exterior, mas de forma muito parcial. "O custo de transação é alto demais, por causa do excesso de documentos envolvidos, e não há nenhuma previsibilidade."

Para o avanço das negociações com os Estados Unidos, o setor privado brasileiro reconhece que existem sensibilidades. Uma delas envolve os preços de transferência. O Brasil não segue rigorosamente o modelo da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) - considerado um padrão nos acordos para evitar a dupla tributação. Trata-se dos preços praticados, sobretudo, no comércio e nos empréstimos intrafirmas.

É preciso ter alguma referência de preços para evitar que remessas sejam enviadas irregularmente mediante a declaração de transações acima ou abaixo dos valores efetivamente praticados.

Código da mineração vai ser "fatiado"

23/05/2015 - Fonte: Valor Econômico

A medida que os anos passam o "novo" código da mineração é empurrado com a barriga, de um lado para outro.

As promessas de uma "célere" aprovação estão na casa das centenas.

Todos os participantes, da Presidente ao Ministro e Deputados envolvidos já garantiram que o código seria aprovado em algum momento dos últimos três anos.

Mas, como sabem muito bem aqueles municípios que perderam centenas de milhões em arrecadação da Cfem, e os milhares de profissionais que perderam o emprego, nada foi feito e a mineração e a pesquisa mineral continuam abandonadas pelo Governo Dilma.

Não deixa de ser paradoxal, pois Dilma tem um passado ligado à mineração: ela foi Ministra das Minas e Energia e até hoje é assessorada pelo geólogo Giles Azevedo, ex-Diretor Geral do DNPM.

Com essas credenciais esperávamos, no mínimo, uma gestão simpática à mineração e à pesquisa mineral brasileira. Mas, não foi o que vimos nesses cinco anos de governo.

Dilma chegou até prometer, em setembro de 2003 quando ministra, que a mineração não seria mais tratada como "o patinho feio" do Ministério de Minas e Energia.

Ela estava absolutamente correta, pois no conto o patinho feio se transforma em um cisne majestoso o que não aconteceu com a mineração que, no seu governo, foi desfigurada, empobrecida e abandonada.

Um caso clássico de miopia econômica que ainda será usado nas universidades, como exemplo de como não se deve gerenciar a economia de um país.

Continuamos ao sabor do vento e da política errática e sem rumo de Brasília.

A última notícia sobre o Código da Mineração, o caduco Novo Marco Regulatório da Mineração, é preocupante.

Os deputados estão focando, quase que exclusivamente na CFEM, deixando de lado assuntos, não pacificados, mas de suma importância, como o direito de prioridade nos requerimentos minerais.

Segundo o deputado Gabriel Guimarães é possível que o Código de Mineração seja "fatiado". O que ele quer dizer com isso é que os temas de consenso poderão ser votados e aprovados com antecedência, ficando os demais temas no limbo.

Ou seja: mais uma vez veremos a pesquisa mineral brasileira ser relegada e abandonada, pois sem a manutenção do direito de prioridade ela não existe.

O direito de prioridade é o pilar de sustentação da pesquisa mineral, não só no Brasil, mas em todos os países onde a mineração é séria. É ele que permite ao pesquisador investir dezenas de milhões em exploração mineral e, se for bem sucedido, requerer e lavrar as descobertas minerais.

Afinal, direito de prioridade é isso: o primeiro a requerer tem direito de prioridade sobre os bens minerais descobertos.

Desde que o texto do infame Novo Marco Regulatório da Mineração começou a ser divulgado e debatido, há mais de cinco anos, a desgraça se abateu sobre a pesquisa mineral.

Foi quando o despreparado Ministro Lobão, em uma clara demonstração de desconhecimento das relações entre a pesquisa e a lavra falou, em março de 2010, que "das 160 mil autorizações de pesquisa (da época) apenas 8 mil estão produzindo".

Com isso o nosso impopular e obtuso ministro chegou à conclusão que havia "uma especulação em grande escala".

Parece que o Lobão era o Ministro da Pesca, pois não sabia o óbvio: na pesquisa mineral são necessários milhares de requerimentos de pesquisa para que poucas jazidas sejam descobertas e viabilizadas.

Este foi o princípio do fim.

O Governo Dilma, demonstrando um profundo desconhecimento do assunto (muitos dizem que o governo sabia mas estava querendo estatizar a mineração à força), comprou a tese do Lobão e foi torpedeado o direito de prioridade e demonizadas as empresas de pesquisa mineral.

O resultado, todos conhecem: desemprego, fuga de investimentos, o caos e o fim da pesquisa mineral no Brasil.

Foram necessários quatro anos de muito trabalho para que em 2014, o relator Quintão fizesse uma retificação no corpo do novo Código restabelecendo o direito de prioridade.

Agora, em 2015, com novos protagonistas, neófitos, eleitos em 2014 os debates voltam à época de 2010 e, possivelmente, estaremos vendo mais um retrocesso gigantesco.

E, podem apostar, a pesquisa mineral brasileira continuará paralisada e o país não verá, como nos últimos anos, nenhuma descoberta mineral importante.

É a nossa sina: continuar com o nosso imenso potencial mineral enterrado no subsolo enquanto o país sofre com inflação, desemprego e desesperança.